ISSN: 1806-549X



AUTOR(ES): NATÁLIA ANTÔNIA MARTINS ALVES e DANIELE PEREIRA LOMES.

O**RIENTADOR(A):** LEONARDO LINHARES DRUMOND MACHADO

O VISUAL LAW COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA

RESUMO: O acesso à justiça é a possibilidade do cidadão levar ao Poder Judiciário sua causa e tê-la resolvida, porém, a rigidez da estrutura jurídica afasta a maior parte da sociedade, pois não condiz com sua realidade e vivência. Desse modo, o presente estudo visa analisar a utilização do Visual Law como ferramenta de aproximação entre o meio jurídico e a população. Este resumo faz uso do método dedutivo, possui caráter descritivo, explicativo e exploratório na busca de informações por meio de pesquisas bibliográficas e códigos. O art. 3º das Leis de Introdução às Normas do Direito (LINDB) dispõe sobre a impossibilidade de descumprimento da lei por seu desconhecimento, ou seja, disciplina o dever do cidadão de ter pleno conhecimento do conjunto normativo, desconsiderando as causas por trás da sua inacessibilidade. A maneira como os operadores do direito dificultam o entendimento dos institutos jurídicos ocorre devido aos códigos, latinismos, arcaísmo e expressões que não são tão acessíveis às pessoas comuns que se sentem excluídas da sua própria ação em andamento. A simplificação da linguagem jurídica é muito importante para que se concretize o princípio do acesso à Justiça, previsto no artigo 5°, inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), no que tange à inclusão efetiva dos cidadãos na ordem jurídica, fazendo parte integralmente do processo. O conhecimento jurídico deve ser disseminado para todos, tornando-o acessível acerca de seus métodos e procedimentos, de tal modo que os indivíduos serão, assim, capazes de exercer seus direitos de fato e não apenas os terem no papel. O Visual Law é uma ferramenta de simplificação jurídica que vem sendo cada vez mais explorada pelos advogados e a sua aplicação pode ser feita em qualquer documento em texto, no Brasil, têm sido utilizada, até o momento, em três tipos de documentos: petições, contratos e termos de uso. Por meio desse instrumento é possível descomplicar o "juridiquês" pela combinação de diversos recursos e elementos visuais como vídeos, infográficos, fluxogramas, storyboards, ícones e entre tantos outros. Em linhas gerais, a problemática em torno da linguagem jurídica está voltada aos seus elementos de estilo que, com efeito, interferem na clara compreensão da lei em si. Apesar do discurso jurídico, assim como qualquer outro científico, técnico ou profissional, possuir terminologia especializada, o uso do "juridiquês" coloca à prova sua função social, democratizar a Justiça.